

UM “NOVO” DESAFIO PARA O MOVIMENTO SINDICAL: A SAÚDE COMO TEMA E ESTRATÉGIA – O CASO DOS DOCENTES/ES

BARROS, Maria Elizabeth Barros de – UFES

HECKERT, Ana Lúcia Coelho – UFES

OLIVEIRA, Sonia Pinto de – UFES

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Durante muito tempo o movimento sindical teve dificuldades em incorporar a discussão acerca da relação subjetividade, saúde e trabalho. Nessa direção, as preocupações dos sindicatos acabaram por se distanciar das vivências dos trabalhadores no processo de trabalho. Aliado a inúmeros outros fatores, tal distanciamento contribuiu para reduzir a participação dos trabalhadores no movimento sindical. Segundo Dejours, a fragilidade sindical estaria ligada, pelo menos em parte, a um erro de análise no tocante a esses aspectos, uma vez que a questão do “fator humano”, do sofrimento psíquico, passou a compor os projetos formulados pela cultura empresarial. Como nos sinaliza esse autor “Ali onde os sindicatos não queriam se aventurar, patrões e gerentes formulavam novas concepções e introduziam novos métodos concernentes à subjetividade e ao sentido do trabalho” (DEJOURS, 1999, p. 39).

Entendemos que análise das fragilidades do movimento sindical docente na atualidade, já sinalizada por vários autores (ANTUNES, 1999), requer o debate das formas pelas quais este movimento vem se articulando ao processo de trabalho que desenrola na escola. Impõe também a discussão de como a organização sindical compreende e encaminha alguns processos, tais como participação política, ação sindical, luta dos trabalhadores, organização, dentre outros aspectos. Algumas matrizes explicativas partem de concepções que acabam por desconsiderar aqueles movimentos que não obedecem às prescrições e regulações do que vem a ser luta política e movimento organizado. Deste modo, acaba-se por julgar tais movimentos como tentativas incipientes, de pouca eficácia, por não estarem vinculados, necessariamente, às ações deliberadas ou a uma forma de militância programática que deve ser exercitada no âmbito do sindicato. Neste sentido, caberia indagar o que estamos chamando de resistência e de tarefa política do sindicato.

Zarifian (2003) aponta que os processos de trabalho ainda são abordados compreendendo a ação dos trabalhadores como sendo da ordem da reação, oposição a uma

situação já configurada. Ao contrário dessa formulação, este autor, percorre o eixo de análise que entende resistência como re-existência, mostra que mesmo nos trabalhos mais taylorizados e apesar dos efeitos da dominação, a resistência não consiste em reagir, mas em afirmar a potência de ação do homem sobre o mundo.

Negar as movimentações cotidianas que emergem no processo de trabalho que se desenrola nas escolas, pode ter como efeito a negação da experimentação que se constitui nesse processo, bem como a desqualificação desses movimentos como importantes formas de indagar e desmontar os modos de organização do trabalho docente e as políticas educacionais instituídas. Ao mesmo tempo, conforme sinalizam alguns autores (KOWARICK, 1977; SPÓSITO, 2000), acentuar a inoperância e passividade dos trabalhadores tem servido, em nosso país, para enaltecer e eleger alguns grupos sociais, e até mesmo o próprio Estado, como protagonistas exclusivos das transformações históricas. Desse modo, este viés sobrecodificador que seleciona e perfila, de forma dualista, o que vem a ser luta e passividade, político e assistencial, revolucionário e conservador também se insinua na ação sindical, fixando de um lado aqueles que fazem a luta política e de outro, em oposto, os que estão preocupados com ações concretas e emergenciais. Mas as questões concretas do cotidiano do trabalho não estão intimamente relacionadas aos processos políticos, sociais, econômicos e culturais? O trabalho realmente desenvolvido pelos/as docentes e os efeitos produzidos pelas condições de trabalho na saúde desses/as trabalhadores/as não deveria ser matéria prima para a elaboração de propostas e estratégias políticas no seio dos sindicatos? Como separar saúde e política, saúde e organização do trabalho?

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou produzir uma torção nos modos como o movimento docente no estado do Espírito Santo tem encaminhado as ações no âmbito das articulações saúde-doença. O que se percebe é que a ação sindical, no âmbito do movimento docente, esteve delineada por uma compreensão que entende a discussão sobre a relação saúde-trabalho como ações de caráter assistencialista, não considerando as ações nesse campo como ações políticas importantes. Segundo depoimento de alguns diretores do SINDIUPES (Sindicato dos Profissionais da Educação do ES), “[...] isso não pode ser central no sindicato, pois, temos que fazer formação política”. “Nosso papel é de resistência e não de assistência”. “Nós não somos

assistentes sociais para ficar ouvindo choro de professor. Nosso trabalho tem que ser político”. “As questões específicas de saúde não é problema nosso, nossa tarefa é política”. “As pessoas vêem o sindicato como paternalista. Temos que denunciar sim e, além disso, construir alternativas de resistência”.

Entretanto, os/as docentes vivem nas escolas, apesar do intenso processo de precarização das condições de trabalho, uma atividade de oposição à inércia e à indiferença. Seguindo Canguilhem (2001), afirmamos que o sonho taylorista de assimilar o trabalho humano a um jogo de mecanismos inanimados, de forma que os movimentos do trabalho dependessem inteira e unicamente do movimento da máquina, foi frustrado. As reações dos trabalhadores à racionalização taylorista revelam a resistência do trabalhador às formas que lhes são impostas e, portanto, devem ser compreendidas como reações de defesas, como reações de produção de saúde.

Como fazem os/as docentes do ES para resistir às pressões do trabalho e criar outros modos de fazer educação? Quais ações podem modificar o sofrimento patogênico e favorecer sua transformação? Como discutir a questão da saúde evitando as discussões biologizantes que não consideram a dimensão política desse debate? Quais modos de participação esses processos de luta pela saúde inauguram? Como incluir as ações no campo da saúde na pauta de lutas do Sindicato dos SINDIUPES por melhores condições de trabalho?

A ação sindical encontra-se, freqüentemente, permeada por concepções de participação, organização, militância que acabam por deixar em segundo plano, movimentos que se engendram no cotidiano das escolas que apontam para a problematização da organização do trabalho aí vigente.

A proposta deste trabalho é destacar alguns elementos do processo saúde e trabalho docente que podem contribuir na formulação de questões ao movimento sindical docente. A pesquisa visou, assim, a colocar em questão essa concepção de política e militância atualizada no movimento docente no Estado, afirmando o caráter político das ações que se propõem a discutir a relação saúde-trabalho. Ao problematizar a forma como tradicionalmente vem sendo tratada a situação de saúde dos/as docentes, foram abertas vias para a construção de uma concepção de saúde que envolve seu aspecto de luta constante e, portanto, com uma dimensão, principalmente, coletiva/política.

Em decorrência desse quadro, e a partir dele, a pesquisa também teve como objetivo analisar os aspectos da organização do trabalho que estão contribuindo para o adoecimento dos trabalhadores/as da educação e as estratégias que constroem para resistirem a esse processo. Acreditamos que esse estudo pode ser uma importante estratégia para produzir outros modos de ação no movimento docente no ES, uma vez que ele pode contribuir para dar visibilidade à relação saúde-processo de trabalho. Visamos a construir estratégias que possibilitem a transformação dos modos como o trabalho tem se organizado, os modos de subjetivação¹ que atualizam, afirmando como prioridade a promoção de saúde nos estabelecimentos educacionais.

A direção que imprimimos na pesquisa segue essa orientação que busca o conhecimento do cotidiano das escolas, da realidade dos/as docentes que não desistem de lutar pela transformação das condições que geram adoecimento. Nesse sentido, pesquisar implica conceber qualquer escola como inacabada, não fechada em si mesma, mas como um campo de construção permanente. Estamos todos imersos em intrincadas redes de relações com a natureza, com outros homens e com suas invenções. Ou seja, os humanos não produzem isoladamente sua existência; esta se produz e se reproduz numa tessitura movente de múltiplas conexões em que se efetiva a produção da vida material (NEVES, 2002). Portanto, pretendemos explorar a abertura dessa processualidade em meio às regulações e às regras sociais instituídas (uma vez que a criação de outras formas de trabalhar é gerida no âmbito dessas regulações), o que supõe a demarcação de uma orientação de pesquisa que não se limita a descrever a realidade, ou fornecer um quadro exaustivo sobre a situação vivida na escola (o que também é muito importante), e, sim, “[...] identificar os pontos de tensão, os nós onde as relações contraditórias se efetivam” (ZARIFIAN, 1995, p. 28).

Nessa direção de análise, o trabalho na escola não se limita à obediência às prescrições, até porque isso seria “invivível”. Os/as professores/as que ali desenvolvem suas atividades inventam, a todo instante, estratégias e saídas para driblar as dificuldades cotidianas e as condições deficitárias de trabalho. Se considerarmos que a todo tempo os/as professores/as desenvolvem novas normas para o seu trabalho, criando caminhos singulares que fazem a escola “pulsar”, manter-se em atividade, é preciso conhecer as estratégias inventadas no cotidiano de suas atividades para garantir e produzir saúde no trabalho.

Por meio da pesquisa, que incluiu uma fase de mapeamento da situação das escolas de Vitória e um Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho nas Escolas da Grande Vitória, fomos buscar conhecer o saber que os/as professores/as constroem no curso de suas atividades, afirmando o trabalho como atividade criadora, inventiva. Visamos a construir uma lente que nos auxilie a enxergar a teimosia, as apostas individuais e coletivas dos/as professores/as que falam de uma saúde não como bem-estar pleno e estado de equilíbrio. Queremos amplificar os sons, conhecer os ruídos e silêncios, que sejam gritos ou sussurros, mas que nos ajudem a também mapear os sinais de luta contínua pela vida, que nos ajudem a acompanhar os movimentos instituintes da saúde no trabalho dos/as professores/as. O que se pretendia, a partir da realização dessa pesquisa, era sensibilizar o movimento sindical docente para as discussões no campo da relação saúde e trabalho.

¹ O conceito de subjetividade utilizado não tem o sentido de identidade ou personalidade, ou “natureza humana”; refere-se a modos de existência “[...] essencialmente fabricados e modelados no registro social” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31).

A experiência das escolas no Espírito Santo

Buscando conhecer as condições de trabalho e suas relações com a saúde dos professores/as na Grande Vitória/ES, iniciamos a primeira fase do processo investigativo com uma pesquisa que envolveu os pesquisadores de uma Universidade Pública Federal no Espírito Santo e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador desse estado (CRST/ES).

O questionário utilizado como o principal instrumento de pesquisa nesta primeira fase,² teve como referência o SRQ-20 (Self-Reporting Questionnaire), instrumento adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para detecção de casos suspeitos de transtornos mentais menores, composto de 20 itens sobre a ocorrência de sintomas relacionados com alterações psicoemocionais ocasionadas pelo trabalho. Esse questionário foi aplicado em 27 das 44 escolas da rede municipal de Vitória, o que nos forneceu um total de 607 questionários respondidos.

Os resultados da primeira fase nos forneceram dados sobre os aspectos sociodemográficos, da organização do trabalho e das condições de saúde/trabalho da população de professores/as de Vitória. A seguir destacamos alguns desses dados.

- Aspectos sociodemográficos

Os resultados dos questionários apresentam uma população majoritariamente feminina - 82,15% são do sexo feminino e 17,85% do sexo masculino - ou seja, dos 607 professores apenas 106 são homens. Esse dado vai ao encontro de outros estudos nessa área que apontam a grande presença das mulheres nessa profissão, fato que se relaciona com uma atribuição da atividade docente como um prolongamento das atividades culturalmente ligadas ao “papel feminino” de cuidar, educar.

A distribuição por faixa etária mostrou que 11,37% possuem entre 20 a 30 anos, 45,15% entre 30 a 40 anos e 43,48% mais de 40 anos.

Em relação às condições de habitação, 98% moram em bairros que possuem rede de esgoto e calçamento. Destes, 80,7% gastam menos de uma hora para se deslocar ao trabalho, 18,2% entre uma e duas horas e 1,2% gasta mais de duas horas de casa para o trabalho. Quanto à formação, 68%, possuem ou estão concluindo curso superior e 16,30% desses/as professores/as têm especialização.

- Perfil da inserção e organização do trabalho

Dos/as professores/as entrevistados, 7,8% trabalham como professores/as há menos de 5 anos, 16,6% de 6 a 10 anos, 30,6% de 11 a 14 anos, 17,4% há mais de 15 anos e 25,5% há 20 anos ou mais. Não responderam a essa questão, 15 professores, o que corresponde a 2,1% do total de pesquisados.

Em relação à carga horária, temos uma variação de acordo com o número de matrículas ou vínculos (Figura 1).

² Essa primeira fase do processo investigativo foi realizada apenas no município de Vitória e a partir dos resultados obtidos foi implementado o Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho que se estendeu para as escolas da Grande Vitória, que inclui também os municípios da Serra, Cariacica, Viana, Vila Velha, e será apresentado posteriormente.

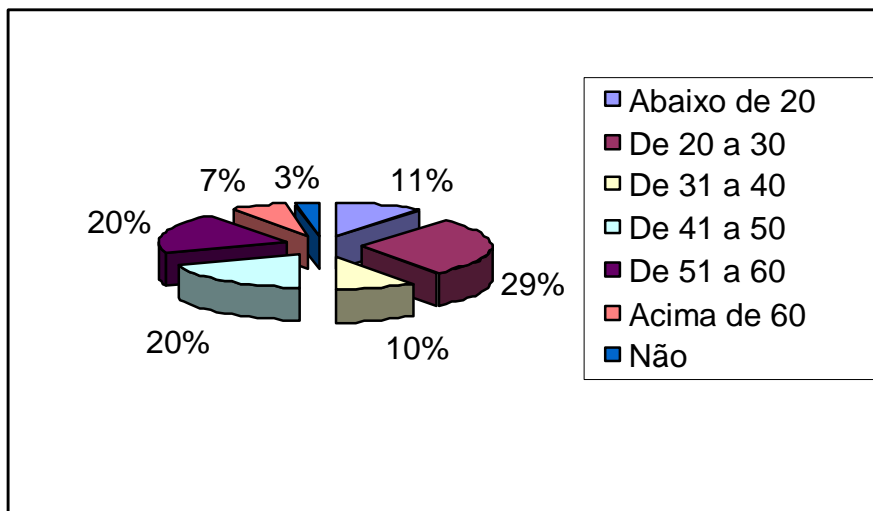


Figura 1: Horas trabalhadas por semana

De acordo com o gráfico apresentado, cerca de 47% dos/as professores/as exercem uma carga horária de trabalho maior que 40 horas semanais. O tempo diário que esses/as professores/as dedicam ao trabalho nas escolas indica que esses/as trabalhadores/as assumem duas ou três matrículas, na maioria das vezes em escolas diferentes, o que significa ministrar aulas nos três turnos, exercendo uma carga horária muito alta com um excesso de tempo dedicado às atividades laborais.

Em aspectos específicos da organização de trabalho, 61,2% dos/as docentes afirmam nunca ou quase nunca realizarem pausas durante a jornada de trabalho, 30,7% realizam pausas algumas vezes e 8,1% sempre realizam pausas. Dentre os/as docentes, 83,2% consideram que as pausas durante a jornada de trabalho são insuficientes para a recuperação do cansaço (Figura 2).

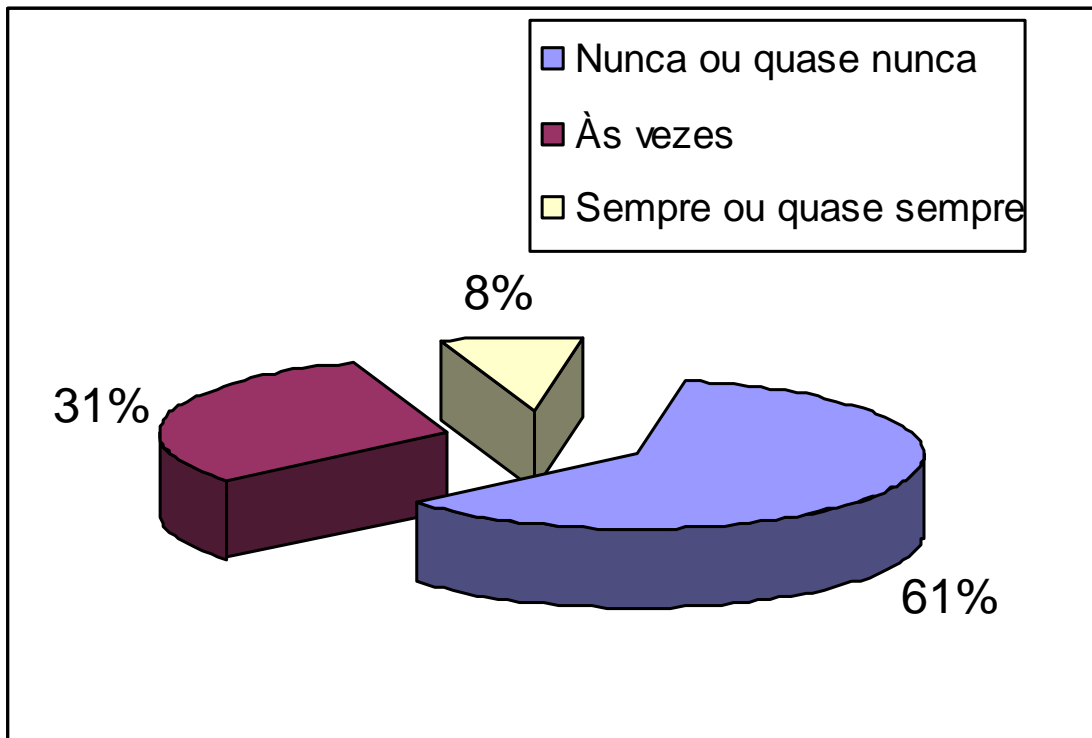


Figura 2: Pausas no trabalho

Questionando os/as professores/as sobre a participação de outros/as colegas na realização de sua atividade, 76,5% consideram que dependem de outras pessoas para conseguir trabalhar adequadamente, o que aponta uma dimensão coletiva presente e necessária para a realização do trabalho entre os/as professores/as.

Quanto à informação que possuem sobre os riscos da atividade de trabalho que realizam, 76,6% afirmam nunca terem sido informados/as dos riscos existentes no trabalho pelo empregador e cerca de 90% dos/as professores/as entrevistados/as desconheciam os riscos da atividade de trabalho durante a formação profissional.

Entre os/as entrevistados/as, 44% afirmam já ter se afastado do trabalho por motivo de acidente ou doença do trabalho. Os problemas relacionados com saúde, nos últimos seis meses, mais apontados e que necessitaram de atendimento médico foram, respectivamente: transtornos osteoarticulares, transtornos respiratórios, mentais, gastrointestinais, neurológicos, cardíacos, auditivos, dermatológicos e transtornos do aparelho genitourinário.

A análise do perfil epidemiológico desta população composta de 607 professores/as da rede pública municipal de Vitória permite indicar questões que falam da dinâmica existente entre o processo de trabalho e a produção de saúde/doença nessa categoria profissional, dando visibilidade aos fatores de desgaste no trabalho.

Em seus depoimentos, os/as docentes destacam que a má remuneração pelo trabalho que executam é a principal fonte de tensão, com 83,03% de indicações, seguida pelo ritmo de trabalho intenso

com 74,46%, o excesso de alunos em sala de aula com 69,85% de indicações. Os/as entrevistados/as relatam ainda que não se sentem valorizados/as pelo trabalho que executam, o que também é uma fonte de desgaste no trabalho com 65,24% de indicações. A forma de gestão/administração das escolas foi apontada por 64,91% dos/as entrevistados/as como um fator de desgaste e tensão no trabalho. Fatores relacionados com as condições e ambiente de trabalho, como o calor, o “estado psicológico” dos/as alunos/as, o ruído presente em sala, as posturas penosas e fatigantes também foram destacadas.

As condições de trabalho nas escolas, a falta de diálogo com a Secretaria de Educação Municipal, a sobrecarga de trabalho acumulada devido, principalmente, à necessidade de complementar o salário, são fatores que atualmente caracterizam as condições precárias vivenciadas pelos/as professores/as no seu trabalho:

Não há material para trabalhar. As escolas estão completamente desorganizadas sem profissionais suficientes. A carga de trabalho é excessiva e a remuneração baixa, o que nos obriga a ter três ou quatro empregos para nos sustentar. Estes são os principais fatos que provocam mal-estar e cansaço [...]. Penso que a situação que os alunos chegam nas escolas, sobrecarregam aos profissionais da educação que têm que tentar ser um pouco de tudo e isto é humanamente impossível.

Sofremos desvalorização financeira, desrespeito-patrão-cliente, desgastes referentes às condições inadequadas de trabalho relacionados ao espaço x alunos, quantidade e qualidade de equipamentos e materiais necessários para o bom desenvolvimento do trabalho, insalubridade ambiental (barulho, poeira, calor e sol), heterogeneidade da clientela (saúde, cronológica, motora, afetiva e cognitiva), conflito com alunos e alguns pais.

Os resultados dessa primeira fase da pesquisa sinalizavam o descaso das políticas públicas no que se refere à atenção à saúde dos docentes no município de Vitória e condições muito precárias de trabalho. Os/as professores/as estão imersos num conflito cotidiano entre o que é exigido, o que desejam e o que realmente é possível fazer diante dos obstáculos, das condições e organização atual do trabalho na educação em Vitória. O SINDIUPES não tinha esses dados? Não atribuíam importância a essas questões? Isso não se configuraria como luta política?

Poderíamos parar por aqui, afirmando a situação de nocividade das escolas, limitando-nos a dizer que os/as docentes apresentam uma espécie de “síndrome de desistência”, que pode ser apontada pelo esgotamento emocional e pela falta de compromisso com o trabalho ou que o sindicato dos trabalhadores da educação foi insensível a esses aspectos. Indicar esse processo de desistência dos/as docentes e a necessidade do SINDIUPES se aproximar do que é vivido no dia a dia das escolas é também importante, não se trata de negá-lo. Entretanto, buscamos, também, dar visibilidade às ações que apontam a teimosia e insistência dos/as professores/as em transformar as condições de trabalho nas escolas, as movimentações cotidianas que produzem e lutam por saúde e alguns movimentos do sindicato dos docentes de forma a incluir na sua pauta de ações a luta pela saúde. Muitas vezes afirmavam: “Não é fácil mudar essa situação da escola e da educação nesse município, mas eu acho que a gente já faz isso, na medida em que estamos aqui tentando pensar algumas saídas”. Ou ainda “[...] e se nós fizéssemos uma passeata com a comunidade desse bairro para

sensibilizar a prefeitura?"; "Muitas vezes tenho vontade de desistir, mas, quando acordo no dia seguinte, penso que ainda é possível que alguma coisa mude". Esse era o nosso grande desafio, pois mapear os movimentos de saúde parecia ser muito mais difícil que, simplesmente, constatar o adoecimento instalado nos/as docentes. Foi com esse objetivo que partimos para a segunda etapa do processo investigativo: o Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST), que passamos a apresentar.

O Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho nas escolas da Grande Vitória: a movimentação cotidiana dos educadores

A partir dos resultados obtidos na primeira fase do processo investigativo, que indicavam um agravamento da situação da saúde dos/as professores/as do município de Vitória, elaboramos um Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST) que está articulado a uma perspectiva, segundo a qual a questão da saúde dos trabalhadores "[...] não pode ser compreendida a não ser a partir de uma sistemática de pesquisas, debates contínuos e ações cotidianas nos locais de trabalho" (ATHAYDE; BRITO; NEVES, 2003, p. 67). Com o entendimento de que promover saúde é intervir nas situações de trabalho a partir da experiência dos/as trabalhadores/as, que, por sua vez, convocam as diversas disciplinas a se desenvolverem a partir das questões trazidas pelos mundos do trabalho, é que foi elaborado o PFIST.

O programa desenvolvido no ES teve como norte metodológico o Programa em Saúde, Gênero e Trabalho em Escolas, que foi construído por pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal da Paraíba (UFPb). Saúde é assunto que diz respeito a todos, capazes que somos de falar de nossa experiência de prazer e sofrimento, não sendo tema exclusivo de especialistas.

Esse dispositivo de pesquisa-intervenção em rede articula um programa de formação com um programa de pesquisas, visando à luta pela saúde e afirmação da vida. Buscamos contribuir para que os/as trabalhadores/as possam "aguçar" o olhar e a escuta para o que faz adoecer, o que faz sofrer nas escolas, assim como encontrar estratégias para sair dessas situações e construir locais de trabalho favoráveis à saúde. Entendemos que essa pesquisa-intervenção pode oferecer subsídios valiosos para o movimento sindical docente, na medida em que mapeia e localiza os focos de resistência dos docentes e dá visibilidade ao processo de trabalho.

O programa se constituiu numa metodologia de trabalho que tem se pautado na Abordagem Ergológica, buscando contribuir para o aprimoramento dessa metodologia no âmbito das escolas. Vislumbramos, ainda, a partir do material produzido ao longo do PFIST, a instituição de comissões de saúde nas escolas da Grande Vitória com a parceria da Secretaria de Saúde do Sindicato e de algumas Secretarias de Educação Municipal.

Em todas as ações previstas no programa, procuramos fortalecer relações estratégicas de produção de saúde já existentes no âmbito da educação pública e ampliá-las. Partimos da tese de que formar trabalhadores/as que possam multiplicar as ações no campo da saúde/trabalho não significa simplesmente, instrumentalizá-los/as com novas tecnologias, mas principalmente, investir na produção de outros/novos modos de subjetivação.

As etapas do Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho nas escolas

A primeira etapa da constituição do programa foi o contato com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação visando a sensibilizá-los para a proposta do Programa, de forma que pudessem ajudar na divulgação e implementação do mesmo. Essa iniciativa de procurar o sindicato fazia parte de nossa estratégia para inserir o SINDIUPES nas discussões sobre saúde nas escolas que se mostrava como um potente dispositivo de mobilização do professorado³. Assim, usando de sua estrutura organizacional, o sindicato nos auxiliou na seleção de três escolas por município da Grande Vitória, consideradas como mais sensíveis a esses debates, e viabilizou a divulgação do programa.

Essa etapa incluiu uma reunião com os/as professores/as das escolas onde foram apresentados os objetivos do programa e o preenchimento de uma ficha de inscrição que foi utilizada como um importante instrumento de comunicação. Não se tratava apenas de uma averiguação formal de dados, ao contrário a ficha de inscrição não somente poderia disparar discussão de questões acerca da relação saúde trabalho, como também nos permitiu conhecer as dificuldades e os enfrentamentos encaminhados no âmbito da produção de saúde. Em seguida, foi enviada uma carta aos docentes reafirmando os objetivos do programa e o calendário de encontros.

O Programa foi organizado em ciclos, compostos de duas fases, de modo a possibilitar a continuidade do processo de formação, bem como sua coordenação por parte dos/das docentes participantes em outros momentos. O objetivo dessa organização era o de garantir a articulação entre os estudos de campo (alternância) e encontros para a discussão da experiência (o curso), compartilhando os achados e as propostas de mudanças com o coletivo de professores/as e a equipe da Universidade que denominamos de Comunidade Ampliada de Pesquisa. Aqueles/as que participaram do primeiro ciclo serão ‘multiplicadores/as’, ou seja, formadores de outros/as professores/as assessorados pelos profissionais que compõem a equipe de pesquisadores da Universidade. Ressalta-se que o curso não se limitou à transmissão de conhecimentos, ao contrário, foi um processo contínuo de diálogo entre os pólos dos conceitos (das disciplinas científicas) e o da experiência prática dos/as docentes.

³ Desde de o ano de 2000, quando iniciamos pesquisas sobre as articulações saúde e trabalho nas escolas, temos participando do Congresso dos Trabalhadores da Educação que se realiza anualmente no ES, trazendo para discussão com os/as docentes a questão das condições e organização do trabalho nas escolas e a saúde dos/as professores/as. Essa discussão tem disparado muito interesse desses/as profissionais por essa temática, uma vez que o quadro de adoecimento nas escolas tem se agravado bastante nos últimos 10 anos no estado. A mobilização produzida com o debate sobre processos de trabalho e saúde com o professorado acabou se mostrando uma estratégia importante de mobilização dos /as docentes. O sindicato não ficou insensível a esse movimento.

O primeiro ciclo – formação de multiplicadores/as – teve em sua composição dois membros da direção do SINDIUPES e dois docentes de cada município da Grande Vitória, totalizando 20 participantes que serão os/as multiplicadores/as que coordenarão os ciclos seguintes.

O curso ocorreu quinzenalmente e a primeira etapa desse ciclo do programa, que se constituiu de cinco encontros, foi iniciado com a apresentação do resultado do inquérito epidemiológico realizado na rede pública de ensino de Vitória. Em cada encontro uma profissional, pesquisadora na área, apresentava um dos temas que seriam geradores da discussão. Os temas debatidos foram, respectivamente, as Comunidades Ampliadas de Pesquisa, Saúde, Trabalho e Gestão e, por último, Formação.

Finalizando essa primeira fase do curso, foram definidos os focos de estudo que seriam estudados/pesquisados pelos participantes nas escolas em que trabalham, envolvendo na discussão outros docentes. Com esse objetivo foram apresentadas algumas sugestões e os/as docentes escolheram como foco de pesquisa para ser explorado nos estudos de campo com os outros colegas das escolas, a dinâmica das relações de trabalho (pressões temporais e hierárquicas, espaços formais e informais para encontro, visibilidade e circulação das informações, formas de comunicação). Para cada grupo em campo se constituiu uma equipe de pesquisadores da Universidade e um membro da diretoria do SINDIUPES que acompanhou o estudo realizado pelos docentes. Como estratégias de pesquisa, os/as professores/as utilizaram observações, entrevistas, leituras de documentos pertinentes, diário de observações de campo, entre outros, centrados no foco definido.

Mensalmente, de posse do material obtido nos estudos de campo, os/as professores/as elaboraram relatórios e apresentavam seus achados num encontro da Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP), a fim de trazer subsídios para uma análise coletiva das situações de trabalho, quando, então, foi possível iniciar a construção de algumas estratégias coletivas de monitoramento das condições de saúde e da organização do trabalho nas escolas, tais como:

a) sensibilização dos gestores/administradores para a questão da situação das escolas e a produção de saúde/doença através de reuniões com os Secretários/as de Educação dos Municípios, quando foi pactuado o desdobramento do segundo ciclo em alguns municípios com o apoio das secretarias;

b) início da construção de uma rede, em cada escola e entre as escolas, abrindo-se um debate sobre as relações saúde/trabalho, que estão se efetivando por meio de um *site* criado para o PFIST;

c) articulação entre a Universidade, CRST e SINDIUPES para discutir a situação dos/as professores/as do Estado e fazer encaminhamentos em busca de medidas cabíveis;

d) instituição de um fórum de debates sobre a instituição das Comissões de Saúde para os/as professores/as do município da Serra e da rede estadual de ensino com a participação da intersindical do ES;

e) formação de um grupo de trabalho que vai construir propostas para uma política de saúde para os/as professores/as no ES; duas professoras que participaram do primeiro ciclo do programa estão compondo esse coletivo ampliado do qual fazem parte o CRST, representantes da Secretaria de Saúde do Estado, a secretária de saúde do sindicato e a intersindical do ES;

f) criação de grupos de estudos sobre saúde e trabalho em cada uma das escolas que participou do programa;

g) início do segundo ciclo do Programa, que se efetivará no município da Serra, com a coordenação de 15 dos/as professores/as que participaram do primeiro ciclo e dois membros da diretoria do SINDIUPES.

O Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho nas escolas da Grande Vitória nos indicou, dentre outras questões, a importância de ações no campo da saúde do trabalhador da educação que não signifique um gerenciamento preventivo dos riscos provenientes do trabalho. Não se trata de fazer prevenção mapeando riscos, vigiando, antecipando a emergência de acontecimentos indesejáveis (CASTEL, 1986, p. 154) nem de intromissão por parte dos cientistas na vida dos indivíduos. A conceituação de saúde, conforme trouxemos aqui neste texto, não está relacionada com segurança contra o risco. A partir do Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho nas escolas, foi possível problematizar verdades instituídas, avessas à produção da saúde, além de ter sido já uma outra prática formativa, pautada em uma ética diversa e resistente à lógica capitalista que, no âmbito da saúde, sempre esteve associada a uma perspectiva valorativa que se refere àquilo que é considerado como desejável em um determinado momento e em uma determinada sociedade, dizendo como um processo deveria ser.

Considerações finais

Poderíamos dizer que, durante o processo da pesquisa/intervenção, foi possível interrogar algumas práticas dos sindicalistas, muitas vezes, marcadas por ressentimento, tomando o lugar da vontade de ação. As críticas, freqüentemente, não se constituíam em elementos positivos de criação, mas de reação e alguns movimentos detinham-se à descrição do real, constatando-o, aceitando o estado de coisas vivenciado como um processo irreversível. Essa postura tem sido um ingrediente muito forte no processo de naturalização da situação experimentada e se constitui em um desafio para os movimentos sociais organizados.

O professor é alienado. Ninguém quer saber de participar. Sinto-me exaurida! Tudo fica nas nossas costas, pessoal está se lixando. Eles só vêm aqui para se queixar ou pedir socorro quando a coisa está pegando fogo. O movimento está acabando. Esse governo conseguiu desmobilizar.

Contudo, em outros momentos expressavam-se movimentos que procuravam identificar os pontos de tensão, as tramas, os entrelaçamentos, as relações contraditórias, outras vias de trabalho. Uma atividade crítica sem vingança, rancor ou ressentimento, mas expressão de um modo de existência ativo:

Seria nosso papel só de denúncia? Será que não estamos levando um modelo ideal de professor e impondo uma sociedade já ideal? Isso não é desqualificação? Falta auto-estima. Auto-estima ou potencialização? Professor sem indignação, sem força de luta, medo de desemprego não se alia ao sindicato. Acho que exercemos autoritarismo como movimento sindical. Além da denúncia precisamos criar outras estratégias de formação.

A militância está pouco perto da base, a gente 'se acha' muito, fala muito, exercemos autoritarismo enquanto movimento sindical. Autoritarismo nas formas de funcionamento do sindicato. É preciso analisar esse autoritarismo do sindicato.

Como produzir outros sentidos no discurso do sindicato? Como atuar de outras formas? Como construir outras inserções nas escolas?

O movimento sindical quando permeado por uma compreensão que a organização precede a luta, acaba por negligenciar importantes movimentos que se engendram na escola e, assim, se distanciar ainda mais do trabalho cotidiano nas escolas com suas invenções e precarização. Importante seria perceber que esses movimentos interferem na ação sindical, vitalizando-a, bem como tem a potência de interpelar o modo como a educação pública vem sendo encaminhada em nosso país. Trataria de esvaziamento da luta sindical ou de esgotamento de um certo modo de ação sindical? Partir das demandas formuladas no cotidiano de trabalho das escolas públicas não poderia revigorar essa ação sindical?

É importante atentarmos para outros movimentos que a situação experimentada no quadro atual do trabalho na escola aciona, obrigando-nos a construir ferramentas de análise/intervenção que não só busquem apreender seus modos de funcionamento, mas também a possibilidade de vislumbrar formas de interferir nos processos em curso, configurando caminhos diferentes daqueles que hoje se estabelecem.

Se a desesperança se expande deixando um rastro de apatia e imobilismo, é também nessa trajetória e nesse plano (e não em algum outro que lhe é exterior) que estão sendo produzidos questionamentos ao que está instituído e usinados novos ‘modos-educador’ e novos ‘modos-educação’ que podem ampliar as perspectivas de metamorfose do que se vive hoje nas escolas públicas. É no raio de ação do que tem sido vivido nas escolas que podem emergir novas possibilidades de trabalho.

Segundo alguns trabalhadores, essa problemática precisa fazer parte das lutas políticas dos educadores e, portanto, o grupo de sindicalistas que iniciou esse trabalho deveria ampliar essa discussão com o restante da direção do sindicato.

Na avaliação do grupo, o trabalho da secretaria de saúde do sindicato ainda não está funcionando a contento, pois não se tem experiência acumulada nesse campo, sendo necessário buscar subsídios e alianças com os sindicatos que já vêm desenvolvendo experiências nessa direção. “Como desenvolver uma atividade que seja de implementação de políticas de saúde que não se limitem a ações assistencialistas? Como fazer o professorado entender que nossa função não é só ficar atendendo professor com problemas? Como fazer? Como dizer que não é essa nossa prioridade?”, perguntavam.

A secretária de saúde destacou o “acentuadíssimo número de disfonia, LER e hipertensão. O pessoal está muito doente e estão pedindo ajuda. Como o sindicato pode ajudar? Como atuar? Como interferir? O que fazer para estar junto com a categoria e dar uma luz, mesmo que não seja possível resolver tudo?”.

Uma das propostas de encaminhamento sugerida foi ativar o Conselho de Saúde do Estado, que está diretamente articulado com cada categoria profissional. O Conselho de cada grupo de profissionais precisa ser criado pelos interessados, que devem produzir as regras de seu funcionamento. No caso do magistério, é o SINDIUPES quem deve iniciar o processo de criação do Conselho de Saúde dos docentes e o Centro de Saúde do Trabalhador e quem ministra cursos de preparação de conselheiros. A criação desse conselho, segundo avaliação dos sindicalistas, poderia ser uma via para trazer os docentes para o sindicato. O conselho pode acompanhar os laudos médicos, perícia, vigilância nos locais de trabalho, uma vez que hoje cada professor, isoladamente, dá andamento aos seus processos.

Frente a essas argumentações os sindicalistas decidiram encaminhar essas propostas para o coletivo de diretores do sindicato para que possam ser definidas linhas de ação a serem implementadas.

Conforme afirmaram, a experiência produzida pelo PFIST produziu alguns efeitos importantes, dentre eles, a construção de uma outra concepção de saúde, um outro olhar sobre as relações entre os colegas no trabalho, a constatação da sobrecarga de trabalho dos sindicalistas, que também precisa ser alterada e, principalmente, a construção de estratégias concretas de trabalho no campo das articulações trabalho e saúde por parte do sindicato.

O adoecimento na realidade é um sintoma de saúde, de resistência, de vida, algo provocado pelas condições de trabalho, que de forma implícita, as pessoas estão dizendo 'socorro', 'me ajude', 'estou aqui', mas independente disso estou resistindo. Isso dá contribuições significativas a nossas ações. Numa escola que eu fui, as pessoas já manifestam reação às condições de trabalho. Têm reclamado, por ex., da poeira e essa foi uma 'deixa' para eu começar a argumentar com eles a partir daí e ir articulando os níveis micro e macro políticos, relacionando esse estado de coisas com uma política mais ampla e isso não é assistencialismo. Nessa linha de argumentação que tomamos nesse projeto é tão crítico como qualquer outra ação do sindicato. Essa foi uma sacada legal. Isso tudo que discutimos e aprendemos é muito legal, eu não tinha essa percepção. Entretanto, isso não é suficiente, isso tem que ser articulado com outras ações do sindicato.

Destaca-se, assim, uma mudança importante registrada pelos sindicalistas (um resultado desse projeto) no que se refere à forma como o sindicato passou a se relacionar com a questão da saúde e suas articulações com a pauta política da categoria de trabalhadores da educação.

Acho que o sindicato precisa estar mais atento a essas questões, elas podem ser uma questão importante nas nossas lutas. Começamos a sacar a importância de ouvir mais os colegas e como isso é importante quando estamos falando de saúde.

Cabe destacar que os sindicalistas, no início do trabalho consideravam que o trabalho com saúde tinha uma conotação assistencialista. Segundo o depoimento dos mesmos, ao se apropriarem dessa outra concepção de saúde, a interferência nas condições de trabalho passa a ser vislumbrada como importante aspecto na luta política dos trabalhadores em educação por um outro padrão de saúde nas escolas da rede pública.

Os impactos e os efeitos produzidos pela intervenção têm produzido maior sensibilização acerca da temática saúde e trabalho por parte da comunidade escolar, de sua organização sindical e demais instâncias a ela relacionada.

Cabe ressaltar, ainda, que os resultados obtidos têm permitido aos docentes uma maior compreensão das relações entre o processo de trabalho e saúde, segundo avaliação desses mesmos profissionais, o que lhes permite, por exemplo, discutir junto aos demais companheiros e autoridades da SEME (Secretaria Municipal de Educação) a situação atual da saúde dos docentes da rede, assim como propor estratégias para suas transformação.

Referências

- 1 ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- 2 ATHAYDE, M.; BRITTO, J.; NEVES, M. Y. (Org.). **Cadernos de método e procedimentos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- 3 CANGUILHEM, G. Meios e normas do homem no trabalho. **Proposições**, v. 12, n. 2-3, p. 109-121, 2001.
- 4 CASTEL, R. **La gestión de los riesgos**. Barcelona: Anagrama, 1986.
- 5 DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- 6 GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- 7 KOWARICK, L. O mito da sociedade amorfa e a questão da democracia. **Folha de São Paulo**. Tendências e Debates, 7 ago. 1977.
- 8 NEVES, C. E. A. B. **Interferir entre desejo e capital**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- 9 SPÓSITO, M. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação pública. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Anped., n.13, p.73-94, jan./abr. 2000.
- 10 ZARIFIAN, P. Travail, événement et rapports sociaux. **Le travail et l'événement**, Paris, L'Harmattan, juin, 1995.
- 11 ZARIFIAN, P. **À quoi sert le travail**. Paris: La Dispute/Snédit, 2003.